

# Artigos



# EMPREGABILIDADE E SOCIEDADE DISCIPLINAR: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO À LUZ DE CATEGORIAS FOUCAULTIANAS

Ana Heloisa da Costa Lemos\*  
Daniel Arbaiza Rodriguez\*\*  
Vinicius de Carvalho Monteiro\*\*\*

## Resumo

O debate contemporâneo acerca das condições de incorporação dos profissionais ao mercado de trabalho vem sendo pautado por uma nova forma de conceber as atitudes dos indivíduos com relação ao trabalho, a qual tem no termo *empregabilidade* sua melhor tradução. Apesar de orientar as discussões atuais sobre as condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, o termo empregabilidade é controverso e impreciso quanto ao seu sentido, sendo valorizado de forma desigual pelos participantes do debate acerca das disposições comportamentais que são exigidas aos trabalhadores, *vis-à-vis* as transformações no mundo da produção. Esse caráter controverso e inacabado do discurso acerca da empregabilidade motivou a elaboração deste trabalho, que tem como objetivo central analisar, criticamente, o referido discurso. A análise apresentada baseou-se em conceitos apresentados por Foucault em alguns de seus textos clássicos, sobretudo em *Vigiar e Punir*, conduzindo os autores a uma reflexão crítica que aborda as dimensões subjacentes à categoria empregabilidade menos como garantidoras de autonomia individual e mais como perpetuadoras da submissão dos trabalhadores à dinâmica do sistema produtivo.

**Palavras-chave:** Empregabilidade. Subjetividade, Controle. Poder. Disciplina.

*Employability and Society: an analysis of the discourse of  
contemporary work in light of Foucault's categories*

## Abstract

The contemporary debate about the incorporation of the professionals in the labor market is being based on a new way of seeing the attitudes of individuals in relation to work, that of employability. Although present discussions about the conditions of workers entering the labor market are based in this *construct*, employability is a controversial and unclear term, and it is used in varying ways by the participants in the debate about the behaviors that are required of workers *vis-à-vis* the changing labor market. This controversial and unfinished discourse about the employability is the motive for this work which aims to critically examine this theoretical construction. The analysis is based on concepts presented by Foucault in some of his classic texts, especially in *Discipline and Punishment*, leading the authors to a critical reflection that addresses the underlying dimensions of employability as something that perpetuates submission of workers to the dynamics of the productive system rather than guarantees individual autonomy.

**Keywords:** Employability. Subjectivity. Control. Power. Discipline.

\* Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. Professora do Programa Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica - PUC, Rio de Janeiro/RJ/Brasil. Endereço: Rua Clarice Índio do Brasil 30/601, Flamengo. Rio de Janeiro/RJ. CEP: 22230-090. E-mail: aheloisa@iag.puc-rio.br

\*\* Graduado em Administração de Empresas pela Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro - ESPM, Rio de Janeiro/RJ/Brasil. E-mail: danielarbaiza@hotmail.com

\*\*\* Doutor em Ciências Políticas pelo IUPERJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de São Bento, Rio de Janeiro/RJ/Brasil. E-mail: viniciuscm@uol.com.br

## Introdução

O debate contemporâneo acerca das condições de incorporação dos profissionais ao mercado de trabalho vem sendo pautado por uma nova forma de conceber as atitudes dos indivíduos com relação ao trabalho; gradativamente, está se delineando uma nova cultura do trabalho, que tem no termo *empregabilidade* sua melhor tradução.

Conceito em construção, o termo empregabilidade atualiza as condições de mobilização e de qualificação da força de trabalho até então vigentes. Sob a égide da empregabilidade, cabe ao trabalhador mostrar-se atraente aos olhos do empregador e comprometido permanentemente com a melhoria de sua qualificação profissional, que deixa de ser somente uma atividade concentrada em um período da sua vida, para tornar-se uma exigência constante de atualização das capacidades adquiridas, um movimento individual em direção à conquista de novas habilidades e disposições. Subjacente a esse entendimento, está a noção de que uma nova atitude frente ao trabalho é esperada, e esta vem modificando a relação tradicional do trabalhador com a esfera produtiva.

Apesar de orientar as discussões atuais sobre as condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, o termo empregabilidade é controverso e impreciso quanto a seu sentido, sendo valorizado de forma desigual pelos participantes do debate acerca das disposições comportamentais que são exigidas aos trabalhadores, *vis-à-vis* as transformações no mundo da produção. Nessa discussão, a vertente que enfatiza a dimensão positiva da individualização da obtenção do emprego ou trabalho ganha proeminência: os arautos da empregabilidade a vêem como garantidora de maior autonomia para os trabalhadores, pois entendem que o trabalhador empregável tem maior controle sobre sua inserção no mercado de trabalho, estando menos sujeito aos humores dos empregadores e às oscilações do mercado.

A matriz liberal que fundamenta ideologicamente a individualização do emprego cria condições para associação entre construção individual da trajetória profissional e liberdade: quanto mais empregável é o indivíduo, mais possibilidades ele teria de escolher onde irá trabalhar e de migrar de um emprego a outro, na medida em que essa mudança significa crescimento e aprimoramento profissional. Na era da empregabilidade, a estabilidade deixa de ser uma virtude e passa a ser sinônimo de acomodação e falta de visão do trabalhador.

A valorização da autonomia do indivíduo que caracteriza a ideologia liberal contribui para a construção do "eu empreendedor", aquele que

vai fazer de sua vida uma aventura, projetar-se no futuro e procurar dar forma a si mesmo a fim de se tornar o que deseja ser. O eu empreendedor é, portanto, um eu calculista, um eu que faz cálculos sobre si mesmo e que trabalha em si mesmo para se melhorar (ROSE, 1992 *apud* SLATER, 2002, p.65 ).

Esse "eu empreendedor" é, também, um atributo fundamental do indivíduo empregável, que precisa auto-gerir a carreira, devendo ser empresário de si próprio e "ver a si mesmo como se fosse um negócio" (BRIDGES, 1995, p. 111). A capacidade de desenvolver e agenciar os próprios talentos e habilidades passa a ser indicativa da autonomia do trabalhador, que não precisa mais da tutela da empresa para tirar partido de suas competências. A questão do controle é deslocada da dimensão externa para a interna, retirando da empresa e do Estado a responsabilidade pelos rumos profissionais dos indivíduos. O sucesso (ou o fracasso), nesse empreendimento, torna-se expressão dos talentos e escolhas de indivíduos livres.

A liberdade do trabalhador, nesse novo cenário, manifestar-se-ia também nas novas formas de trabalho - teletrabalho, *home-office* e horários flexíveis - as quais criam novas formas de trabalhar que não fixam mais os trabalhadores ao escritório convencional. A autonomia que o novo trabalhador passa a ter, organizando seu horário de trabalho de acordo com suas conveniências, não o desobriga a cumprir metas; ao contrário, a competição entre trabalhadores torna esses prazos e metas ainda mais rígidos. Ao liberar o empregado do controle cerrado, o empregador conta

com o auto-controle e a auto-disciplina do indivíduo; a vigilância externa pode ser afrouxada porque o trabalhador racional, comprometido com sua empregabilidade, é incapaz de se afastar de suas responsabilidades e descuidar de sua reputação profissional. Esse suposto afrouxamento do controle externo é intensificado na razão direta do conteúdo intelectual do trabalho executado, pois a produtividade do trabalhador do conhecimento decorre menos do tempo de trabalho e mais do comprometimento subjetivo do trabalhador.

Categoria central do discurso que valoriza a empregabilidade, essa autonomia está longe de ser um fato inquestionável. Ao contrário, pode-se inquirir se as novas formas de mobilização do trabalho aumentam ou diminuem a autonomia do trabalhador. Será o trabalhador que aumentou sua empregabilidade e que pode mover-se com mais flexibilidade de um emprego a outro, mais livre do que aquele que tem sua vida profissional associada a uma única empresa? O que pesa mais nos ombros do trabalhador: a sujeição ao emprego em uma única organização ou ao movimento contínuo em busca da propalada autonomia profissional?

Partindo dessas considerações, o presente trabalho discute os limites da autonomia enfatizada pelo discurso da empregabilidade. Tendo como referência a discussão de Foucault (1996; 1999; 2002; 2005; 2006a; 2006b; 2007) acerca do poder e do surgimento da sociedade disciplinar, o presente artigo lança um olhar crítico sobre o discurso que apresenta a empregabilidade como garantidora da autonomia do trabalhador. Para lograr esse objetivo, o trabalho está estruturado em quatro partes: na primeira, elaborou-se uma síntese das principais categorias que informam o debate sobre o mundo do trabalho contemporâneo; na segunda, são apresentados os conceitos de Foucault que orientam a análise crítica elaborada na terceira parte e finalizada na quarta parte do trabalho.

## O Discurso sobre a Empregabilidade

### A defesa da empregabilidade

Para os defensores da teoria do capital humano (SCHULTZ, 1967; 1987), o termo *empregabilidade* encerra uma disposição bastante positiva face às transformações em curso no mundo do trabalho. O discurso produzido no meio empresarial e a literatura sobre o mundo dos negócios atribuem à qualificação profissional e à produtividade individual papel fundamental no enfrentamento dos desafios impostos pela reestruturação produtiva, a saber: necessidade de trabalhadores mais qualificados e produtivos. No contexto que combina modernização tecnológica, ganhos crescentes de produtividade e redução dos postos de trabalho, a empregabilidade, entendida como a atratividade do trabalhador para os empregadores (BRIDGES, 1995) é a panacéia para os problemas atuais do mundo do trabalho.

Um dos pioneiros na defesa da empregabilidade, Bridges (1995) discorre sobre as tendências que se acentuaram no mundo do trabalho na década de 90 e que, segundo o autor, levarão ao declínio irreversível dos empregos: a informatização crescente das empresas, o avanço da tecnologia das comunicações, a reengenharia e a deslocalização do trabalho. Ao discutir o novo ambiente empresarial, o autor é enfático ao afirmar que o trabalho a ser realizado no futuro próximo estará cada vez menos contido no invólucro que chamamos emprego. Há e ainda haverá muito trabalho a ser executado, mas a instituição emprego está com seus dias contados.

Ao alertar para o fato de que todos terão que aprender novas formas de oferecer seus talentos ao mercado, Bridges apresenta um "Guia de Carreira para o Trabalhador do Século XXI" (1995, p. 63) no qual defende que não só as carreiras devem ser auto-geridas, mas que a estabilidade no emprego, no futuro, será decorrente da empregabilidade do trabalhador, isto é, da sua capacidade de se fazer atraente aos olhos dos empregadores. Para isso, o trabalhador deverá adquirir flexibilidade e uma "mentalidade de fornecedor", pensando como um fornecedor externo que foi contratado para realizar uma determinada atividade. Ao mesmo tempo em que traça um

cenário sombrio de fim dos empregos, o autor procura ser otimista ao destacar as possibilidades auspiciosas que tal mudança pode trazer aos indivíduos, ao permitir que estes construam um novo tipo de carreira, não mais atrelada a um emprego (BRIDGES, 1995). A maior autonomia que a nova forma de trabalhar tende a requerer é vista pelo autor como uma oportunidade para os trabalhadores do presente século, os quais deixarão de ter suas carreiras geridas e limitadas pelas empresas. Ainda que reconheça que a adaptação à nova situação será difícil para o trabalhador acostumado ao emprego tradicional, Bridges (1995) vislumbra mais ganhos do que perdas para aqueles que ingressam nesse novo mundo do trabalho.

Na trilha de Bridges, Minarelli (1995) é outro autor que encara de forma positiva as mudanças em curso no mundo do trabalho. Seu "Empregabilidade: o caminho das pedras", como o título sugere, é um guia que pretende ajudar os profissionais a se posicionarem no mercado de forma diferente da tradicional "carreira na grande empresa", por considerar que essa forma de inserção está em franca extinção. Segundo o autor, a segurança do profissional do século XXI não será mais garantida pelo emprego por tempo prolongado, mas por sua empregabilidade. O autor afirma que as competências técnicas são tão importantes quanto as dimensões humanas e sociais, e adverte que o profissional deve investir na auto-gestão da carreira, e esta deve ser construída com base em seis pilares: "adequação vocacional, competência profissional, idoneidade, saúde física e mental, reserva financeira, fontes alternativas e relacionamentos" (MINARELLI, 1995, p. 12).

Ao discutir o perfil do novo profissional, Paiva (1997), também, ressalta que as transformações no mundo do trabalho apontam na direção do incremento da capacidade técnica, polivalência e habilidades cognitivas do trabalhador. A síntese do perfil do profissional empregável é expressa pela combinação de uma formação geral sólida, com disposições sócio-motivacionais que serviriam de base a uma "socialização profissional aberta à reprofissionalização ao longo da vida" (PAIVA, 1997, p. 129). Nesse contexto de transformações, as carreiras tornam-se fluidas, exige-se do trabalhador versatilidade e capacidade de se "auto-empresariar", assumindo os riscos pelas mudanças em sua trajetória profissional. Para a autora "a qualificação real, o saber fazer, o saber comportar-se de acordo com as situações diversas, o saber mostrar adequadamente a capacidade de acionar conhecimentos e virtudes tornaram-se mais importantes que a qualificação formal" (PAIVA, 1998:17).

O aspecto mais importante a destacar desse conjunto de considerações é o que faz referência às atitudes e disposições comportamentais que passam a ser requeridas desse novo profissional, expressas nas noções de "auto-empresariamento", "saber comportar-se", "disposições sócio-motivacionais". Apesar de ser fluido seu perfil técnico, sua atitude não o é: o setor produtivo contemporâneo passa a requerer um profissional comprometido não somente de forma objetiva com o trabalho, mas, principalmente, subjetiva.

### Novas configurações, nova cultura do trabalho

A discussão em torno da categoria empregabilidade transcende as questões relativas apenas aos interesses estratégicos dos indivíduos, mas também está relacionada às condições econômicas e sociais que configuram, na atualidade, um cenário de instabilidade e insegurança. Não obstante essas condições, uma parcela significativa de estudiosos do assunto afirmam que os fatores estruturais não limitam o indivíduo, pois este é o único responsável por potencializar sua capacidade e se tornar atraente ao mercado. Autores como Bridges (1995) afirmam que:

Embora as atuais maneiras de se trabalhar exijam novas aprendizagens e habilidades tecnológicas, na maioria das vezes, exigirão algo de mais fundamental: a habilidade para descobrir e realizar trabalho num mundo sem empregos bem definidos e estáveis (BRIDGES 1995, p. 73).

Portanto, está em construção uma concepção que postula a existência de uma relação independente entre organização e indivíduo, uma concepção de carreira sem

fronteiras. Essa expressão refere-se à carreira como a trajetória profissional do indivíduo, construída a partir de sua inserção em diferentes organizações, fundada em diversas experiências de trabalho e não mais como sinônimo de trajetória profissional ascendente em uma única organização (ARTHUR; ROSSEAU, 1996). Sob a égide das carreiras sem fronteiras, aquele que não consegue gerir sua carreira, diversificar seus conhecimentos e tornar-se mais proativo em relação à dinâmica e exigências do mercado, não só estará excluído do mercado de trabalho, mas também do convívio social que exigiria, igualmente, uma postura proativa dentro da comunidade, capaz de mudar a realidade constituída.

O conceito de carreira proteana, proposto por Hall (1998), guarda relação com o conceito de carreira sem fronteiras. A designação proteana faz analogia ao polimorfismo do deus Proteu, quando busca exemplificar a combinação entre a antiga concepção de contratos relacionais - baseados na expectativa de um relacionamento de longo prazo que fosse satisfatório para ambos os lados - e a concepção de contrato transacional, baseado em relações e trocas utilitárias e de curto prazo. O contrato proteano pressupõe a combinação dessas duas condições: a continuidade do relacionamento passa a depender fundamentalmente do desempenho do trabalhador e a troca transacional é resultante da capacidade da organização de oferecer oportunidades recompensadoras ao trabalhador. Ademais, na perspectiva da carreira proteana, cabe ao trabalhador desenvolver uma progressiva visão holística sobre as organizações. A capacidade de um profissional seria apenas o ponto de partida para sua inserção no mercado de trabalho e o marco inicial de uma constante busca por aperfeiçoamento e pela interdisciplinaridade. A meta é ser um profissional capaz de entender a organização como um todo e as possibilidades de progressão ampliam-se para além da trajetória vertical: noções como inclusão/centralidade em uma determinada área e progressão interfuncional passam a integrar o léxico da carreira proteana. Carreiras em Y são tão valorizadas quanto as tradicionais carreiras verticais.

O discurso laudatório à empregabilidade se constitui num cenário marcado pelo crescimento do trabalho temporário e contingente, bem como pela necessidade dos profissionais moldarem suas carreiras em um formato de fornecedores. Subjacente aos conceitos de carreiras sem fronteiras e carreira proteana há um entendimento que muda a forma como o profissional é visto: este passa a ser uma unidade econômica autônoma buscando ampliar seu espaço dentro de um mercado competitivo. A empregabilidade, nesse contexto, seria o instrumental necessário para propiciar um maior potencial de atratividade ao indivíduo, face a um mercado cada vez mais instável.

É nesse contexto que o profissional proteano deve transitar em busca de um trabalho que lhe propicie satisfação, realização pessoal e uma remuneração satisfatória, gerindo sua carreira de acordo com uma estratégia que combine fatores pessoais e externos. Espera-se desse profissional uma avaliação constante e um gerenciamento com alto grau de complexidade. Em contrapartida, por parte das organizações, buscase constituir uma administração capaz de reter os profissionais talentosos através de múltiplas técnicas desenvolvidas pelos setores de recursos humanos, como a gestão por competências, educação corporativa, capacitações e assessorias que viabilizem uma melhor gestão de carreira, além da divulgação das oportunidades de recolocação dentro da organização.

Em última instância, essa nova cultura do mundo do trabalho visa uma flexibilização do contrato de trabalho por parte das empresas, de modo a permitir a criação de espaço e as condições necessárias para que o indivíduo possa trilhar uma carreira compatível com suas características e interesses pessoais. Ademais, propicia às empresas uma retenção de capital humano necessária para o alcance dos objetivos organizacionais. Mas essa cultura em construção traz custos para os indivíduos, na medida em que os obriga a desenvolver disposições relativas ao trabalho, o que pressupõe a introjeção do controle sobre a sua capacidade de produção. Para analisar como se configuram essas disposições, a discussão de Foucault acerca do poder, da disciplina e do controle fornece orientações que são exploradas nos tópicos seguintes.

## Poder, Disciplina e Controle na Obra de Foucault

### Foucault e a analítica do poder

Em seu estudo sobre o poder, Foucault usa como recurso o que denomina de método genealógico, que consiste em compreender a origem dos saberes a partir de determinadas relações de poder. O autor usa, também, a perspectiva genealógica para estudar como as práticas de poder, múltiplas e pulverizadas no campo social, foram historicamente influenciadas por conhecimentos e verdades dos mais diversos tipos. O autor elucida a gênese de saberes específicos a partir de suas condições históricas de surgimento. Foucault verifica que, na origem, os saberes apresentavam vínculos inextrincáveis com outros saberes preexistentes. Essas relações algumas vezes deram origem ao que hoje chamamos de ciências, surgidas a partir de um processo de legitimação dos saberes, que passam a ser vistos socialmente como conhecimentos precisos, sistemáticos e refletidos. Foucault entende essas ciências, esses supostos saberes, como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente política. A genealogia é uma análise histórica das condições políticas de emergência dos saberes e das ciências que, na perspectiva de Foucault, passam a ser entendidos como simples discursos. Assim, devem ser despidos de seu *status* tradicional de “verdades”, isto é, da intocabilidade que lhes foi legada pela tradição cultural, religiosa ou intelectual.

No âmbito bibliográfico, o termo genealogia aparece inicialmente em “Vigiar e Punir” (2007) e em “História da Sexualidade I - A vontade de saber” (2002). Nessas obras, Foucault apresenta seu método genealógico, diferenciando-o do anterior, o arqueológico. Com essa nova metodologia, enfatiza o poder e sua relação com o saber. Na metodologia anterior, investigava como as estruturas gerais do saber adquiriam determinadas formas e se transformavam através da história.

Em seu método genealógico, Foucault não privilegia o papel do Estado, mas as condições políticas de emergência de saberes específicos que se encontram articulados com poderes locais, determinados e circunscritos a uma área de ação limitada. Essas formas de exercício de poder, que não são necessariamente estatais, mas que se articulam com o Estado, criando uma relação de complementaridade que propicia a pujança do aparato estatal e a eficácia de suas ações, serão decisivas nas análises do poder efetuadas por Foucault. Em suma, seu foco é o poder e sua relação com a constituição dos saberes; entende o poder como instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes, privilegiando a relação saber-poder como eixo primordial de suas análises.

O principal aporte da genealogia às análises do poder está no deslocamento do foco central dos estudos a respeito dos processos políticos. Tais pesquisas deixam de priorizar o Estado, com suas intervenções amplas e gerais sobre a sociedade, e passam a privilegiar a compreensão de uma *micropolítica*, que diz respeito às relações de poder que se manifestam através da materialidade concreta dos corpos, indivíduos, pequenos grupos e instituições específicas. Neste contexto, Foucault (2007) realiza pesquisas minuciosas sobre o nascimento do sistema carcerário e a constituição do que o pensador francês caracteriza como dispositivo de sexualidade, isto é, a maneira pela qual o sujeito moderno experimenta a sexualidade, o corpo e os desejos. O autor explica sua mudança de foco como estratégia para acompanhar as próprias mudanças de regime político que ocorrem na Europa pós-medieval. Novos mecanismos de poder se expandem por toda a sociedade, em suas formas mais regionais, investindo nas instituições e atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos: o corpo. A noção de disciplina, que emerge em “Vigiar e Punir”, elucida bem esse fenômeno. Nessa obra, Foucault (2007) mostra que a disciplina, essa nova tecnologia do poder que lida com o indivíduo e com seu corpo, age de tal forma a estabelecer controle sobre as multiplicidades localizadas dos homens. Tal controle se dá através da organização minuciosa dos grupamentos humanos no interior das instituições e, simultaneamente, da fragmentação dessas multiplicidades em corpos individuais que necessitam ser vigiados, treinados, utilizados e, eventualmente, punidos. Por meio da disciplina, se

processa a tomada de poder sobre o corpo dos homens, que se faz através da individualização, maximizadora de suas forças singulares.

Em sua metodologia, Foucault (2007) utiliza um procedimento inverso às análises políticas tradicionais. Ele observa a realidade histórica a partir de um método determinado, que se caracteriza por refletir como os mecanismos e técnicas infinitesimais de poder estão intimamente ligados à produção de diversos saberes, em especial o das ciências humanas. Além disso, questiona como esses micro-poderes, que possuem tecnologias e histórias específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder representado pelo Estado.

Tornam-se objeto de estudo as modalidades de constituições de poder desde suas particularidades. Foucault (2007) observa, por exemplo, que as relações de poder não se limitam apenas ao campo econômico, e nem ao menos se remetem, em última instância, a esta dimensão, e nisto procura se distinguir da tradição marxista. O autor enfatiza que o poder em si não existe, mas sim *práticas* ou *relações* de poder. O poder não está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social, mas funciona como uma rede, na qual todos estão inseridos, sendo impossível estar alheio à sua ação e à sua influência. Esse poder constitui um maquinário social e não se situa em um lugar privilegiado, onde se encontraria apropriado monopolisticamente por determinados grupos, mas a todos envolve, estabelecendo relações infinitesimais de micro-poderes.

## Disciplina e sociedade de controle

A primeira asserção que se deve fazer para se entender os conceitos de *disciplina* e de *sociedade disciplinar* em Foucault diz respeito à natureza das relações de poder. É necessário pensá-las como algo que não diz respeito necessariamente ao direito, nem à violência; não são basicamente contratuais nem unicamente repressivas. O poder não pode ser algo que seja apenas restrição, que limita e castiga. Deve-se abandonar esta tradição de pensamento que identifica o poder com o Estado e o considera aparelho repressivo. Foucault (1975) argumenta que a dominação capitalista não conseguiria se manter caso fosse baseada somente na repressão:

É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele 'exclui', ele 'reprime', ele 'recalca', ele 'censura', ele 'abstrai', ele 'mascara', ele 'esconde'. De fato, o poder produz; ele produz; ele produz real; produz domínios de objeto e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se podem ter dizem respeito a esta produção (FOUCAULT, 1975 *apud* MACHADO, 2006, p. 172).

O poder disciplinar controla o indivíduo em suas ações, seus gestos, seus movimentos, maximizando suas potencialidades através de um aperfeiçoamento gradual e contínuo que extrai o máximo de utilidade do indivíduo. Trata-se de um objetivo econômico e político, um mecanismo que diminui a capacidade de revolta, tornando o indivíduo dócil politicamente, extraindo ao máximo sua utilidade econômica.

A questão da disciplina aparece em suas análises como uma relação específica de poder sobre os indivíduos enclausurados e a incidência desta sobre seus corpos, com uma utilização e tecnologia próprias de controle. As análises de Foucault (2007) a respeito da disciplina estão centradas em certos espaços fechados, surgidos na Europa entre os séculos XVII e o XIX, os quais impõem aos seres humanos situações de clausura ou semi-clausura, tais como manicômios, escolas, prisões, fábricas, hospitais etc. Este tipo específico de poder, que o autor chamou de disciplina, seria uma "anatomia-política do detalhe" (FOUCAULT, 2007, p. 119), isto é, uma estratégia de investimento do poder sobre o corpo individual de uma forma minuciosa. Além disso, representa o meio pelo qual se integra o indivíduo dentro da eficácia produtiva dos aparelhos, favorecendo o crescimento da utilidade do esforço laboral e do dimensionamento racional de seus resultados. Trata-se de um princípio de "suavidade-produção-lucro" (FOUCAULT, 2007, p. 180), isto é, um princípio capaz de docilizar o indivíduo, de forma a extrair dele uma eficácia produtiva.

No capítulo mais célebre de "Vigiar e Punir", o autor aborda a questão do Panóptico, aspecto importante para caracterizar o que Foucault entendia por *disciplina*.

O Panóptico é uma prisão ideal imaginada, em 1791, pelo filósofo inglês Jeremy Bentham. Trata-se de um exemplo de como a crença na capacidade da razão humana, característica fundamental do século XVIII, manifesta-se também em uma crescente racionalização das formas de poder e vigilância, de tal maneira que estas adquirem a maior eficácia possível. O Panóptico nunca foi construído, mas significou para Foucault uma metáfora do poder disciplinar que passou a se generalizar pela sociedade ocidental moderna a partir daquele século. A idéia de um caráter exemplar do Panóptico, capaz de modelar a forma de todas as outras instituições sociais, não nasceu com Foucault, mas foi sugerida pelo próprio Bentham (2008). A arquitetura do presídio foi concebida pelo filósofo inglês com o intuito de intensificar a vigilância sobre os presos e, assim, disciplinar o seu comportamento. O prédio de forma circular deveria ser dividido em dois módulos: uma torre central com pequenas janelas para vigilância, no centro do presídio, e o conjunto das celas individuais vazadas por grades que envolveria circularmente esta torre. Isto significa que os presidiários poderiam a qualquer momento ser vigiados pelos inspetores, mas, dada a disposição da torre central, não poderiam detectar a presença dos vigilantes em seu posto. Assim, desenvolveriam uma sensação constante de estarem sob vigilância, mesmo que efetivamente isto não ocorresse, em decorrência de uma eventual ausência dos inspetores na torre central. Além disso, as paredes laterais das celas impediam o contato comunicacional do prisioneiro com os colegas das outras celas, individualizando o detento e, com isto, evitando rebeliões e insubordinações de natureza coletiva. Enfim, o Panóptico é uma metáfora do poder disciplinar moderno. Para Bentham (2008), o projeto é apresentado como um paradigma de intensificação de aparelhos de poder, uma disciplina-mecanismo que teve, em um modelo de prisão, a melhor exemplificação de como se assegura a *economia* e a *eficácia* da dominação em planos maximizados. Foucault (2007) mostra como o panoptismo está arraigado em múltiplos âmbitos do mundo moderno e constitui aquilo que chamou de *sociedade disciplinar*. Nas palavras do autor, o panoptismo se constitui

Na famosa jaula transparente e circular, com sua torre alta, potente e sábia (...). Ele programa, ao nível de um mecanismo elementar e facilmente transferível, o funcionamento de base de uma sociedade toda atravessada e penetrada por mecanismos disciplinares. Com o panoptismo, temos a disciplina-mecanismo: um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que está por vir (FOUCAULT, 2007, p. 172).

Tal como Foucault (2007) apresenta em "Vigiar e Punir", o adestramento do corpo, o aprendizado do gesto, a comparação, hierarquização, avaliação e normalização fizeram com que aparecesse a figura individualizada e singular do homem como produção e objeto de saber. Nasce um tipo específico de conhecimento: as ciências do homem. Esta análise é central nas investigações de Foucault, tendo sido o fio condutor de muitas de suas obras. Trata-se de uma reflexão a respeito do efeito político das pretensas ciências humanas, que articulam novas formas de identidade e subjetividade a dispositivos de controle social. Assim, segundo Foucault (2006a),

Todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são a base para que se forme tanto o sujeito quanto os domínios do saber. Não há saber neutro. Todo saber é político (FOUCAULT, 2006a, p. 177).

Como aspecto fundamental dessa estratégia de poder, a individualização se impõe de forma inexorável. A escala do controle individual se dá nos detalhes, mediante uma coerção sem folga. Não se trata somente de cuidar dos corpos de um grupo de indivíduos, mas da singularidade de cada um. Para tal, o procedimento de conhecer, dominar e utilizar se dá mediante a organização de um espaço analítico que possibilite localizações funcionais, relações calculadas, distribuições dentro de uma rede de conexões. O indivíduo é exaustivamente vigiado, mensurado, diagnosticado, não existe espaço para a intimidade, todo saber que se tem dele e que ele tem de si próprio é perpetuamente extraído. O poder disciplinar efetua uma individualização celular, na qual cada um se torna ferramenta, parte de uma engrenagem que requer um corpo

dócil em todas as suas operações. Desenvolvem-se, assim, múltiplas estratégias para organizar o tempo, os movimentos, as posições, as forças, sempre prezando pela utilidade, pela economia que se possa extrair, pela remoção rápida e prática dos focos de resistência que possam se formar, pela intervenção pontual que seja necessária efetuar. Em suma, trata-se de uma sujeição nunca completa, uma tática de fabricação e de controle sobre a individualidade em constante aperfeiçoamento.

Eis aí a técnica de poder que trabalha o corpo dos homens, manipulando seus elementos e produzindo seus comportamentos. Enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade disciplinar. Como foi dito anteriormente, o poder não opera basicamente por meio de sufocação e violência. O poder cria; e, no caso do poder disciplinar, cria fundamentalmente uma individualidade com características, desejos, hábitos, comportamentos e necessidades próprias.

### A Conquista da Empregabilidade: aumento da liberdade ou da sujeição do trabalhador?

Tendo como referências as categorias de Foucault, o discurso que valoriza a empregabilidade não pode ser entendido como *verdade*, mas como um discurso vitorioso em sua estratégia de tornar-se *verdade*. Inicialmente, deve-se entender como o discurso contemporâneo acerca da empregabilidade tornou-se uma verdade ensinada em universidades, difundida na mídia - especialmente em revistas especializadas na abordagem do mundo organizacional - e proferida no âmbito das empresas. Por meio de diferentes níveis de rigor e formalidade, utilizando-se de estratégias heterogêneas de enunciação, o discurso da empregabilidade circula nesses três diferentes meios institucionais e acaba sendo internalizado como truísmo por parte do indivíduo comprometido com a luta pela inserção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, não se concebe o objeto da presente análise - o discurso em prol da empregabilidade - como uma *teoria* que possa ser, no sentido tradicional da palavra, verdadeira, mas como um *discurso* que apresenta efeitos de *verdade* para a sociedade. Utiliza-se aqui o conceito de *discurso* a partir do pensamento de Foucault (1996). Esse termo se distingue de *teoria* ou de *verdade* porque se refere a uma mera manifestação linguística organizada a partir de regras arbitrárias, por seres humanos concretos, em situações institucionais precisas. Os diferentes matizes, níveis, estilos e ambientes de circulação de um discurso são criados pela concretude que envolve seus processos de enunciação. Isto significa que o *discurso*, ao contrário da transcendência abstrata da *verdade*, apresenta uma inserção material nas situações heterogêneas do mundo concreto. Percebe-se, a partir da argumentação precedente, que há em Foucault (1996) uma estratégia intelectual para a análise dos discursos, utilizada na presente análise para a compreensão do objeto aqui abordado.

A tradição filosófica ocidental associa conhecimento científico à busca da verdade, entendida como um anseio por aquilo que o objeto do conhecimento realmente é, para além das aparências. Na perspectiva inovadora de Foucault (1996), conhecimentos científicos verdadeiros não existem, mas sim *discursos* que devem se adaptar a padrões formais e de conteúdo que não são verdadeiros em si, mas que são reconhecidos como verdadeiros por uma determinada época, sociedade ou cultura. Assim, deve-se "por 'verdade' entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e funcionamento dos enunciados" (FOUCAULT, 2006a, p. 14). O discurso da empregabilidade deve ser entendido, em princípio, não como um discurso a respeito da verdade do mundo contemporâneo do trabalho, mas como um discurso que, obedecendo determinadas estratégias enunciativas e modelos teóricos consagrados, torna-se convincente - e, portanto, *verdadeiro* - para o trabalhador contemporâneo.

Em segundo lugar, não se pode esquecer que "a 'verdade' está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem" (FOUCAULT, 2006a, p. 14). Assim, o discurso da empregabilidade - como qualquer outra manifestação enunciativa - precisa ser compreendido a partir de interesses de indivíduos, classes e grupos sociais específicos, isto é, a

partir das características gerais do jogo de forças político que caracteriza o momento histórico atual.

Desta maneira, o discurso da empregabilidade manifesta níveis diversos de rigor científico e coloquialidade em sua formulação, que oscila entre uma sabedoria do senso comum, uma descrição jornalística do ambiente organizacional contemporâneo e a formulação de argumentos refletidos e logicamente concatenados nos moldes de formalidade e intertextualidade adequadas à tradição acadêmica. Seus principais formuladores são professores universitários, jornalistas especializados na área organizacional, administradores e consultores de empresa, além de trabalhadores bem sucedidos em sua luta pela conquista da empregabilidade. Embora aparentemente descritivo, fundamentado em juízos de *fato*, é inegável que o discurso traz componentes exortativos, com forte apelo aos juízos de *valor*, prescrevendo comportamentos e reações emocionais consideradas adequadas aos desafios experimentados pelo trabalhador contemporâneo.

Para Foucault (2006a), os discursos *verdadeiros* não pertencem a um inacessível e distante "mundo das idéias". Ao contrário, só podem existir quando materializados e viabilizados por uma multiplicidade de instituições - família, escola, universidade, empresa, mídia - nas quais os indivíduos se encontram coagidos, dominados, educados, seduzidos em sua interioridade. Nas palavras de Foucault (1996, p. 17): "a vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas". De acordo com o autor, para compreender o funcionamento concreto de um discurso - no caso aqui abordado, o discurso da empregabilidade -, é necessário identificar sua dinâmica no interior das diversas instituições sociais. A concretude da abordagem, em um viés foucaultiano, depende de uma análise na qual os discursos *verdadeiros* estão relacionados a determinados micro-poderes que atuam no interior de cada instituição específica.

O discurso da empregabilidade circula, em princípio, no interior dos ambientes de trabalho, nos quais exerce o papel de fonte de exortação e ensinamento aos funcionários. Conforme discutido em tópico anterior, cabe ao trabalhador proteano ajustar-se, moldar-se de tal forma a atender as necessidades empresariais. Expressando a questão de maneira mais precisa, não cabe a esse sujeito metamórfico adaptar-se somente às necessidades da empresa em que trabalha, mas sim ao ambiente empresarial como um todo. O discurso da empregabilidade circula, também, na mídia, particularmente em revistas e colunas especializadas na área da administração. Aqui, destaca-se, dentre outros fatores, o seu poder de sedução, por meio do qual o leitor experimenta sensações de otimismo, esperança em seu futuro e fé em suas potencialidades pessoais, longe, portanto, de quaisquer sentimentos de revolta ou inconformismo que poderiam conduzi-lo a um incômodo questionamento a respeito das condições de trabalho contemporâneas. O discurso está presente, ainda, no ambiente acadêmico, refletido nas incontáveis publicações dedicadas a descrever e analisar as configurações atuais das relações de trabalho e das carreiras, com vistas a preparar os indivíduos para as novas condições do mundo do trabalho.

Em sua argumentação interna, o discurso da empregabilidade depende de uma economia geral dos discursos contemporâneos, da qual retira pressupostos, conceitos específicos, inferências e toda uma formalização teórica e argumentativa. Segundo Foucault (2006a), qualquer discurso só pode ser entendido no contexto cultural e intelectual em que é formulado. Tal contexto, por sua vez, mantém relações diretas com as circunstâncias micro-políticas, institucionais e as relações históricas abrangentes da época e do lugar em questão. Alguns traços específicos do discurso da empregabilidade podem ser analisados de forma a evidenciar sua conexão com contextos epistemológicos e sociais mais amplos. Por exemplo, há nesse discurso a pressuposição de que a livre iniciativa individual em busca do sucesso profissional é o único instrumento para a resolução de problemas de natureza social, econômica e jurídica, como o desemprego ou a precarização dos contratos de trabalho. Essa visão individualista das relações de trabalho ignora soluções políticas para problemas coletivos como a organização sindical ou a mobilização da sociedade civil. De um ponto

de vista foucaultiano, a crescente generalização e a abrangência dos mecanismos do poder disciplinar, com sua capacidade de individualização e fragmentação dos vínculos de sociabilidade, terminam por inviabilizar a mobilização dos grupos sociais com finalidades políticas, isto é, limita a capacidade efetiva da sociedade realizar uma ação política coletiva. Nas palavras de Foucault,

creio que, hoje, a individualidade é completamente controlada pelo poder e que nós somos individualizados, no fundo, pelo próprio poder. Dizendo de outro modo, eu não creio que a individualização se oponha ao poder, mas, pelo contrário, eu diria que nossa individualidade, a identidade obrigatória de cada um é efeito e instrumento do poder, e o que este mais teme é a força e a violência dos grupos (FOUCAULT *apud* CASTELO BRANCO, 2009, p. 287).

A ênfase dada à empregabilidade no debate contemporâneo sobre o mundo do trabalho desloca o eixo da responsabilidade pela geração de oportunidades de trabalho da sociedade para o indivíduo. Esse deslocamento não é sem custo para o trabalhador que sente o peso da responsabilidade sobre algo que, na maioria das vezes, tem pouca ingerência. Analisada sob a perspectiva do filósofo francês, pode-se entender essa individualização como um recurso de poder, como parte de uma engrenagem de um poder disciplinar, que resulta na "fabricação de indivíduos; (...) é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício" (FOUCAULT, 2007, p. 143). A individualização subjacente à disciplina é, na visão do autor, um mecanismo para a melhor incidência do poder disciplinar: ela separa, diferencia, normaliza e disponibiliza informações a respeito dos indivíduos, atribuindo-lhes um número de série rápido de ser encontrado. A individualização conduz à observação e comparação permanentes. De forma análoga, o imperativo da empregabilidade enfatiza as diferenças entre os indivíduos, hierarquiza-os e cria um estado de permanente comparação. Essas operações permitem extrair o valor oriundo do constante aperfeiçoamento das aptidões individuais.

A individualização gerada pelo discurso da empregabilidade exemplifica um elemento fundamental do pensamento de Foucault, *Leitmotif*, presente ao longo de toda a sua obra: o poder da verdade enquanto matriz criadora do sujeito. Longe de ser uma realidade social apriorística, como afirma a tradição contratualista do pensamento liberal, o indivíduo é compreendido por Foucault (2006a) como um epifenômeno gestado pelos jogos de poder e de saber. Assim, segundo o autor, "o poder (...) categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei da verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele" (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Ora, a problemática foucaultiana do indivíduo abre caminho para uma série de lutas políticas do mundo contemporâneo, "lutas (...) contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão)" (FOUCAULT, 1995, p. 235). O discurso da empregabilidade, construção contemporânea da *verdade* em sociedades capitalistas cuja legislação trabalhista sofreu processo acentuado de erosão, pode ser visto como um exemplo de instrumento coercitivo de subjetivação e de criação de um indivíduo comprometido, em sua própria essência, com a submissão a um determinado padrão social preestabelecido.

Nos marcos do discurso da empregabilidade, considerações econômicas ou sociológicas a respeito do desemprego, relacionando-o ao desenvolvimento tecnológico ou à desproporção entre crescimento populacional e econômico, não se refletem nas conclusões fundamentais da argumentação e, portanto, tornam-se irrelevantes. A questão decisiva é o esforço pessoal, nada mais. Da mesma maneira, pouca importância é dada às reflexões e pesquisas sócio-econômicas sobre a relação entre a lógica de funcionamento do sistema capitalista e o desemprego estrutural, tal como o fizeram Keynes e Marx. Igualmente são descartadas possíveis formas de enfrentar o problema no âmbito da intervenção do Estado, como a diminuição legal da jornada de trabalho para todos os trabalhadores ou o incremento dos investimentos estatais na economia para aumentar a oferta de empregos. Há apenas um fator decisivo em jogo: a vontade subjetiva de um *eu* onipotente ou, ao contrário, impotente para garantir sua

empregabilidade, porém, responsável por sua inserção no mercado de trabalho. Em termos foucaultianos, pode-se supor que a experiência de um sujeito responsabilizado pelo seu próprio fracasso fundaria uma subjetividade sujeitada, passiva e resignada, algo como um novo avatar da antiga interioridade cristã, atormentada pela infinita culpabilidade de um pecado original que, paradoxalmente, independia do livre-arbítrio.

Mas, conforme enuncia o discurso, ao peso subjacente a essa nova forma de sujeição, é combinada a promessa de maior autonomia que o trabalhador efetivamente empregável seria capaz de desfrutar. Mais do que uma ameaça, a necessidade de fazer-se empregável apresenta-se como uma oportunidade. A dantes ambicionada segurança do emprego em uma única organização passa a ser sinônimo de sujeição e dependência: o trabalhador-herói que conquista sua empregabilidade paira sobre as diferentes organizações, escolhe antes de ser escolhido e rompe o vínculo de trabalho quando esse se torna desinteressante e pouco desafiador face aos seus anseios. Todavia, a tal pretensão de autonomia, pode-se contrapor a ponderação de Foucault (2007) de que, em uma multiplicidade de indivíduos em um estado de homeostase, na qual o poder disciplinar irá ocupar-se das regras morais e da fabricação de indivíduos, a real capacidade de ação livre atribuída à autonomia é limitada, sobretudo em um ambiente organizacional.

Essas considerações não devem ser entendidas como a indicação de que Foucault julgaria impossível uma constituição autônoma - tanto individual quanto coletiva - dos trabalhadores, seja através da luta política e/ou de uma prática de aperfeiçoamento que o sujeito venha a fazer sobre si mesmo. No que se refere à dimensão do confronto político, poder e liberdade estão mutuamente implicados no pensamento foucaultiano, uma vez que todo exercício de poder é, potencialmente, reversível contra as forças dominantes, caso o sujeito dominado possua uma estratégia adequada, habilidade, força e oportunidade para tanto.

Porém, a questão que interessa, pela sua conexão mais próxima com o discurso da empregabilidade, é a possibilidade aventada por Foucault de uma constituição autônoma do sujeito por si mesmo. De certa forma, trata-se de um viés liberal, ou influenciado pela tradição do pensamento liberal, que também faz parte do pensamento de Foucault. Especialmente na última fase de sua obra, o pensador francês mostrava-se particularmente atento a esta potencialidade de auto-construção, que poderia se dar, por exemplo, através de um processo que ele denominava estética da existência. Ainda em outros momentos de sua obra, Foucault (2005) menciona a existência de um *ethos* moderno, isto é, uma atitude, um estilo de comportamento típico da *modernidade* que sempre manteve relações hostis com as disciplinas e verdades normalizadoras, também inerentes a esse período histórico. Ser moderno não é apenas ser moldado por mecanismos disciplinares. É, também, se livrar do peso da tradição e, portanto, possuir um espaço mental para se constituir enquanto indivíduo autônomo: "O homem moderno (...) é aquele que busca inventar-se a si mesmo. Essa modernidade (...) lhe impõe a tarefa de elaborar a si mesmo" (FOUCAULT, 2005, p. 344). O autor subsume seu pensamento em uma esfera de influência dominada pelo *ethos* moderno, tentando caracterizar a época em que vivemos como algo mais complexo e contraditório do que um universo de prisões, fábricas e manicômios.

Mas seria correto afirmar que o esforço do trabalhador por incrementar a sua empregabilidade exemplifica o que Foucault (2006b) compreendia como *práticas de si*, formas de vida criadas pelo sujeito em busca de sua autonomia pessoal? A resposta a essa pergunta é negativa, pois as iniciativas de criação de si, tais como o autor as concebia, não atendiam, necessariamente, aos interesses e necessidades das instituições disciplinares (no caso aqui abordado, quaisquer ambientes de trabalho) e dos grupos dominantes da sociedade. O mesmo não se pode dizer do esforço do indivíduo de aumentar sua empregabilidade. Além disso, mesmo considerando a possibilidade de que um profissional cada vez mais *empregável* torne-se, por essa razão, mais autônomo diante de uma empresa em particular, é forçoso que simultaneamente este se encontre menos autônomo diante da lógica do mercado como um todo. Isto é, a autonomia diante de um empregador específico equivale a uma heteronomia diante dos poderes gerais que governam a sociedade. Enfim, deve-se entender que Foucault

(2006b) fala em *autonomia* em um sentido absoluto da palavra, de maneira intransigente com as práticas disciplinares vigentes.

Por outro lado, uma característica marcante do pensamento de Foucault foi sua polêmica com a noção de liberdade e de supremacia do sujeito, defendida por existencialistas e fenomenologistas que dominavam o pensamento francês pós-Segunda Guerra Mundial. Mesmo na última fase de sua obra, em que defendeu a relevância política das *práticas de si*, Foucault (2006b) jamais abdicou do ponto de vista de que não existe o tal sujeito livre e conhecedor, fundamento absoluto dos processos históricos e políticos. Mesmo as *práticas de si*, nas quais certa dimensão de liberdade individual é exercitada, são, em última instância, condicionadas por circunstâncias históricas como formas de pensamento da época, verdades contingentes, discursos localizados, instituições, relações de poder. Nos termos do autor:

Eu diria que, se agora me interessa de fato pela maneira com a qual o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através das práticas de si, essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio sujeito invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social (FOUCAULT, 2006b, p. 276).

Esta problematização tipicamente foucaultiana da autonomia individual não é colocada em questão pelo discurso que valoriza a empregabilidade. Tais construções contemporâneas da *verdade* ignoram, ou fingem ignorar, que grande parte do esforço empenhado por um indivíduo em prol de sua empregabilidade depende de circunstâncias que, freqüentemente, fogem ao seu controle, como, por exemplo, tempo e dinheiro disponíveis para investimentos em estudos e atualizações. Assim como acontece com o discurso difundido nos livros de auto-ajuda, há aqui uma incapacidade para considerar os fatores não subjetivos que envolvem o problema e que, por definição, independem da vontade do indivíduo. Questões como as flutuações imponderáveis do mercado, casualidades burocráticas, econômicas, políticas ou inesperados desenvolvimentos tecnológicos podem perfeitamente, contra todas as premissas que sustentam o discurso da empregabilidade, premiar o trabalhador não-empregável e punir o trabalhador que laboriosamente construiu sua própria empregabilidade.

Mas, o apelo à autonomia é chave no discurso que valoriza a conquista da empregabilidade. Autores como Defillipi e Arthur (1994) são enfáticos ao ressaltar os benefícios das carreiras sem fronteiras: os profissionais tornar-se-iam independentes e autônomos em relação às organizações, dado que passam a gerenciar sozinhos suas carreiras. A promessa de autonomia e liberdade de escolha produz, no entanto, o seu reverso: trabalhadores empenhados em se fazerem empregáveis tornam-se reféns da necessidade de “desenvolver e utilizar seu potencial” (COELHO, 2006, p. 102). A autonomia passa a ser expressa pela possibilidade dos indivíduos definirem “suas metas, suas expectativas e seu caminho” (COELHO, 2006, p. 103), mas o alcance dessas metas, numa sociedade ainda estruturada em torno do trabalho assalariado, depende, em grande medida, de decisões e demandas organizacionais, sobre as quais os indivíduos não têm controle.

Para enfrentar o desafio de fazer-se empregável, o indivíduo precisa definir suas áreas de interesse, disciplinar-se para garantir o aprendizado crescente e a atualização permanente. Entender e atender aos anseios das organizações são aspectos igualmente necessários àqueles que querem se destacar na corrida pelas melhores posições. O trabalhador dos novos tempos é, acima de tudo, um indivíduo auto-disciplinado. Nesse sentido, o discurso positivo acerca da empregabilidade tem um efeito adestrador, nos termos definidos por Foucault (2007), capaz de ligar e multiplicar as forças, ao invés de amarrá-las e reduzi-las. Não se trata aqui de ideologia, tal como Marx concebeu o conceito, pois o discurso da empregabilidade não atende ao interesse de uma classe econômica dominante, mas perpassa todas as relações e micro-relações de uma sociedade disciplinar, reforçando-as. Ao contrário da ideologia no sentido marxista, que só pode ser criticada a partir de uma *verdade científica* capaz de expor sua falsidade, trata-se aqui de denunciar a própria forma *verdade* embutida em suas premissas, expondo como se dá a criação de um discurso que é tido como verdadeiro e legitimado como tal por múltiplos poderes e saberes que a ele se articulam, potencializando-o. O

poder subjacente ao discurso da empregabilidade possui uma eficácia, uma riqueza estratégica para o aparato produtivo, uma positividade. Pode-se observar como a incidência do poder se dá sobre a gestão da vida dos indivíduos, no controle de suas ações, para que se viabilize a utilização máxima de suas potencialidades, mediante um sistema de aperfeiçoamento contínuo e gradual das capacidades individuais.

O que diferencia a disciplina de outras formas de imposição de poder, segundo Foucault (2007), é seu caráter sutil, capaz de gerar e conquistar adesão. O indivíduo disciplinado torna supérflua a vigilância externa; ele é capaz de se auto-vigiar e auto-controlar; disciplina e controle passam a ser anseios internos mais do que imposições externas. O poder disciplinar, segundo Foucault (2007, p. 152), põe em funcionamento múltiplas operações: "relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir". O discurso da empregabilidade é, essencialmente, disciplinador: institui parâmetros - os requisitos para fazer-se empregável -, diferencia e hierarquiza indivíduos. O indivíduo empregável, também, dispensa cobranças e imposições explícitas: seu compromisso com a empregabilidade coloca-o num estado de vigilância permanente, de atenção a seus deslizes, de comparação e disputa com seus concorrentes. O panoptismo de Bentham manifestar-se-ia em sua melhor forma, pois o efeito disciplinador do discurso acerca da empregabilidade atravessa toda a sociedade e amplia o exercício do poder sobre os indivíduos. Essa incidência de poder tem seu suporte em múltiplas instituições, fator fundamental para a ótima vigilância, âmbito para a cuidadosa circulação de discursos, para a boa organização dos indivíduos em um espaço, como mecanismo de seriação destes e de fácil alocação para a engrenagem produtiva. Em suma, trata-se da dominação política do corpo, amparada em diversas instituições - escola, universidade, empresa -, que responde à necessidade de sua utilização racional, intensa em termos econômicos.

A coerção direta da empresa é substituída pela cobrança genérica de um mercado que seleciona os melhores. Ser melhor é diferenciar-se da massa, sair do lugar-comum, explorar seu diferencial competitivo. A disciplina é potencializadora, a empregabilidade revela e intensifica o potencial dos indivíduos.

Esse diferencial competitivo, entretanto, não é uma escolha individual de inserção em determinados âmbitos do mercado; existe um poder disciplinar que compara as aptidões, busca o que é conveniente face às demandas do mundo corporativo e aloca o sujeito em um espaço específico. A tentativa de estruturar uma inserção no mercado, segundo uma vontade pessoal, mostra-se infundada, pois o que ocorre é uma reestruturação da esfera produtiva com vistas a otimizar sua dinâmica; o trabalhador empregável é, em última instância, alguém capaz de se adequar às novas funções disponíveis.

### À Guisa de Conclusão: empregabilidade como paroxismo da disciplina

De forma conclusiva, argumenta-se que o discurso valorizador da empregabilidade pode ser entendido como uma tentativa de aperfeiçoar a disciplina, através de uma circulação de discursos que visa controlar o indivíduo, constituir sua subjetividade e torná-lo mais comprometido com o trabalho e com os objetivos da empresa.

O discurso acerca da empregabilidade é paradoxal, na medida em que preza, por um lado, uma homogeneidade dos indivíduos, expressa pela defesa da busca constante por formação e aprimoramento profissional para todos, e, por outro, enfatiza um movimento individual que visa criar diferenciais competitivos e construir, autonomamente, uma trajetória profissional fundada em atitude de auto-controle.

O referido discurso alimenta no indivíduo a esperança de uma fuga da homogeneidade. Reforça-se a idéia de que é possível construir um futuro profissional no qual o indivíduo pode dar o norte que queira a si próprio. Ao trabalhador é dito que, na medida em que se torna empregável, será facultado-lhe navegar com mais facilidade sobre as fortes e inconstantes ondas do mercado. Entretanto, essa autonomia de navegação

no mercado de trabalho, que seria o diferencial competitivo do profissional, estaria sujeita a um constante exame, o que nos remete ao texto em que Foucault (2007, p. 159) refere-se ao indivíduo disciplinado como "o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade".

O exame, dentro da lógica de mercado e consoante a qualquer regime disciplinar, busca sancionar o aprendizado e adquirir novos saberes por meio da observação dos indivíduos sujeitados. Ao mesmo tempo em que viabiliza a transmissão do saber, levanta um campo de conhecimento sobre aquele que aprende. Portanto, para Foucault (2007:156), "o exame supõe um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício do poder".

Como o exame atua sobre a empregabilidade do indivíduo? Para Foucault (2007), os procedimentos examinadores sempre se concretizaram, desde sua origem, nos primórdios da modernidade, em *relatórios escritos* de caráter descritivo (boletins e históricos na pedagogia, fichas de polícia). Tais documentos tinham a finalidade de oferecer fontes permanentes de informação sobre o comportamento do indivíduo, passíveis de serem consultadas por qualquer autoridade, em qualquer circunstância. No caso da disciplina da *empregabilidade*, o comportamento regrado do trabalhador é registrado no *currículo*, relatório descritivo de esforços e superações pretéritas que é elaborado pelo próprio profissional que está sob vigilância. Liberdade maior do sujeito contemporâneo? Infelizmente não, pois, assim como não se podia ter certeza a respeito da presença de um observador em sua atividade de vigilância, na torre central do Panóptico, há sempre a possibilidade de que as informações colocadas no currículo sejam verificadas por terceiros, no momento adequado. Então, temendo o imprevisível flagrante no qual a ação transgressiva poderia ser detectada pelos agentes de inspeção, o sujeito internaliza a vigilância e se auto-regula. Esta subjetivação do exame é a vitória da lógica coercitiva do Panóptico, tal como Bentham a imaginara no final do século XVIII, proporcionando ainda hoje o mesmo controle eficiente e rigoroso dos sujeitos.

Em suma, há que se zelar por sua própria empregabilidade, sob pena do desleixo ser registrado no currículo, ou, o que é pior, sob o risco de uma falsidade ideológica desmascarada com base em provas documentais. Em ambos os casos, há uma ameaça concreta à inserção do sujeito no mundo do trabalho e, em consequência, no próprio mundo social.

Rituais de exame, também, remontam aos primórdios da disciplina no período que Foucault chamava de *Época Clássica* (séculos XVII e XVIII). A inspeção da tropa no exército, a prova na escola ou a inspeção das celas nos presídios são exemplos de rituais de exame: são realizados regularmente em dias e horas específicas, exigem certa atitude preestabelecida - disposição corporal no espaço físico, comportamento adequado - por parte de investigados e investigadores. No caso da empregabilidade do profissional contemporâneo, pode-se dizer que as entrevistas de seleção são rituais de exame, nos quais o indivíduo será analisado em seus comportamentos, suas reações emocionais, sua aparência física, sua idade, sua classe social, seu passado, seus conhecimentos, sua experiência na atividade em questão. Trata-se de um momento crucial nas demandas sociais pela empregabilidade, no qual se revela ao inspetor toda a disciplina e o esforço de auto-aprimoramento físico, estético, intelectual e profissional que o sujeito avaliado vem fazendo sobre si mesmo. Portar-se da maneira adequada, como convém a qualquer co-participante de uma cerimônia ritualística, é pré-requisito fundamental para a aprovação final do postulante ao cargo.

Como tais rituais, contudo, não são realizados com frequência, há sempre o risco de uma atitude indisciplinada por parte de um sujeito que esquece seus deveres sociais e morais. Daí a necessidade de cultivo de uma constante atitude de auto-exame por parte do indivíduo, admoestação fundamental do discurso da empregabilidade. De fato, o auto-exame é elemento imprescindível da engenharia social panóptica, que não se sustentaria - em sua ambição de eficácia, excelência, minúcia - somente com uma vigilância externa ao sujeito. Para Foucault (2007), o indivíduo moderno é, em grande parte, a interioridade subjetiva surgida em consequência de uma atitude constante de auto-exame. Tal disposição é demandada pela generalização social das práticas disciplinares, que termina por abranger, virtualmente, todos os seres humanos.

Pode-se dizer que, mais do que uma *sociedade de disciplina*, vive-se naquilo que Deleuze (2007) denomina *sociedade de controle*. As instituições disciplinares, segundo Foucault (2007), eram ambientes de semi-clausura ou de clausura integral que, a partir da Idade Média, foram recursos importantes para a concretização das novas estratégias de poder. Contudo, transformações históricas mais recentes vêm tornando a clausura cada vez menos necessária. Na sociedade de controle dos dias atuais, como mostra Deleuze (2007, p.216), a vigilância aumenta seu apelo à tecnologia, desprezando a relevância de um confinamento de indivíduos em espaços fechados: "Estamos nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea".

Conforme mencionado no início do artigo, as formas mais avançadas de comunicação à distância reformulam a lógica da organização laboral, gerando a possibilidade cada vez mais freqüente de um teletrabalho, isto é, uma atividade produtiva que dispensa a presença física do funcionário em um ambiente criado para viabilizar a disciplina e a vigilância. A possibilidade de se trabalhar longe do espaço tradicional de trabalho é possível porque o funcionário pode ser monitorado à distância por instrumentos técnicos que escondem a presença física do inspetor com mais sofisticação do que poderia fazer a antiga arquitetura panóptica; o ideal da vigilância constante torna-se ainda mais eficaz. O sustentáculo dessas novas formas de controle à distância é a maximização da auto-disciplina, que equivale à internalização radical do exame. O fim do confinamento coincide com um incremento de eficácia na capacidade de cooptação subjetiva das estratégias disciplinares que vêm se tornando cada vez mais sutis e sofisticadas.

Deleuze (2007, p. 224) chama atenção para o impacto das inovações tecnológicas sobre a sociedade disciplinar, que experimenta uma intensificação geral de sua lógica: "Não há necessidade de ficção científica para se conceber um mecanismo de controle que dê, a cada instante, a posição de um elemento em espaço aberto, animal numa reserva, homem numa empresa". Levando-se em consideração que o tradicional ambiente de trabalho ainda não se esgotou, a generalização de métodos tecnológicos de controle dos funcionários dentro de empresas em todo o mundo, tais como vídeo-vigilância e vigilância de *e-mails*, demonstra as características gerais da *sociedade de controle* - que está somente em seus primórdios - apontada por Deleuze (2007). A isso deve-se somar a propagação de sistemas GPS de localização à distância, monitoração de computadores, coleiras eletrônicas para presos, tendências que apontam, cada vez mais, para a prescindibilidade de uma organização espacial de confinamento no panoptismo.

De forma assim renovada, o controle retorna ao interior das empresas, bem como, quando o objetivo é a formação intelectual do indivíduo, às instituições educacionais. Assim, pode-se conceber, em um viés crítico, o discurso acadêmico acerca da empregabilidade, em sua dimensão *científica*, com todas suas *verdades*, como um instrumento político para a formação permanente do indivíduo controlado, um dispositivo de poder que demonstra a união cada vez maior, em uma sociedade de controle, entre a *empresa*, a *mídia* e a *academia*, ocupando os espaços vazios que os antigos modelos disciplinares deixavam, à sua revelia, na vida dos indivíduos.

Uma das interpretações que Deleuze (2007) faz a respeito do legado de Foucault é a seguinte:

Pode-se prever que a educação será cada vez menos um meio fechado, distinto do meio profissional - um outro meio fechado -, mas que os dois desaparecerão em favor de uma terrível formação permanente, de um controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário. (...) Com efeito, assim como a empresa substituiu a fábrica, a formação permanente tende a substituir a escola, e o controle contínuo substituiu o exame. Este é o meio mais garantido de entregar a escola à empresa (DELEUZE, 2007, p. 216).

Isto significa que o discurso da empregabilidade funciona como um meio de conexão entre esferas disciplinares anteriormente isoladas, fechando o cerco de controle sobre o indivíduo. Empresa, mídia e escola/universidade se unem de forma mais estreita por meio deste novo dispositivo discursivo capaz de reforçar os poderes

disciplinares. A união mais próxima entre aperfeiçoamento intelectual no interior das instituições pedagógicas, doutrinação para o consumo e para a produtividade no contexto das mensagens midiáticas e desempenho profissional no interior das instituições de trabalho são elementos fundamentais das sociedades de controle, e não pode ser dissociada do discurso da empregabilidade.

O aumento do efeito da disciplina no interior do indivíduo torna o homem uma força de trabalho com uma utilidade econômica maximizada. Diminui sua capacidade de revolta, de resistência e insurreição contra as ordens do poder; torna o homem dócil politicamente. Antes de possibilitar a sonhada autonomia, é a sujeição cada vez mais forte do empregado, comprometido com suas responsabilidades e reputação profissionais, que tem, nos tempos atuais, sua exacerbação.

Não obstante o trabalho tornar-se algo que permeia todos os âmbitos da vida, não se restringindo a uma localidade específica, a sociedade disciplinar impõe rédeas imperceptíveis para impedir qualquer veleidade de recusa subjetiva nascida da dispersão espacial que caracteriza essa nova situação. Em tal contexto, torna-se importante ao poder que o discurso da empregabilidade se mantenha socialmente relevante e *teoricamente fundamentado*. Essa realidade discursiva, esse novo paradigma de compreensão da realidade do trabalho, é a lente pela qual o empregado interpreta o mercado e sua própria vida.

Tomando como base a verdade criada pela sociedade disciplinar, ele não só se auto-controla segundo as regras do jogo, como exige esta postura de outros empregados. A internalização da vigilância cria uma rede estrutural, um sistema conveniente para a preservação da dinâmica do mercado. O caráter político do discurso acerca da empregabilidade sobressai, pois, ao invés de estimular a almejada autonomia individual, esse discurso finda por tornar o indivíduo cada vez mais envolvido em uma interminável busca por alocar-se dentro do mercado e, ali, obter a dita felicidade ou a pretensa realização pessoal. Longe da propalada autonomia, portanto, o trabalhador empregável e disciplinado condena-se à subserviência às demandas mutantes da esfera produtiva.

## Referências

- ARTHUR, M.; ROUSSEAU, D. *The boundaryless career: a new employment principle for a new organizational era*. New York: Oxford University Press, 1996.
- BENTHAM, Jeremy. *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BRIDGES, W. *Mudanças nas relações de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- CASTELO BRANCO, G. Foucault. In: PECORARO, Rossano (Org.). *Os filósofos: clássicos da filosofia: v.III*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p.280-303.
- COELHO, J.A. Organizações e carreiras sem fronteiras, In: BALASSIANO, M.; Costa, I. (Org.). *Gestão de carreiras: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Atlas, 2006. p. 94-108.
- DEFILLIPI, R.J.; ARTHUR, M.B. The boudaryless career: a competency-based perspective. *Journal of Organizational Behavior*, v.15, p.307-324, 1994.
- DELEUZE, G. *Conversações 1972-1990*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.L.; RABINOW, P. (Org.). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-249.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A história da sexualidade I - A vontade de Saber*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. O que são as luzes. In: MOTTA, Manuel Barros da (Org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento / Michel Foucault*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2005. p.335-351.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2006a.

\_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manuel de Barros da (Org.). *Ética, sexualidade, política/Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 264-287.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

HALL, D.T.; MOSS, J.E. The new protean career contract: helping organizations and employees adapt. *Organizational dynamics*, v. 26, n. 3, p. 22-36, Winter 1998.

MACHADO, R. *Foucault: a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MINARELLI, J. A. *Empregabilidade: o caminho das pedras*. São Paulo: Editora Gente, 1995.

PAIVA, V. Desmistificação das profissões. Quando as competências reais moldam as formas de inserção no mundo do trabalho. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, ano II, n.1, p. 117-134, 1997.

\_\_\_\_\_. Educação e mundo do trabalho. Notas sobre formas alternativas de inserção de setores qualificados. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, ano III, n.4, p.8-21, 1998.

SCHULTZ, T. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

\_\_\_\_\_. *Investindo no povo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

SLATER, D. *Cultura do consumo e modernidade*. São Paulo: Nobel, 2002.

**Artigo recebido em 09/11/2009.**

**Última versão recebida em 06/05/2010.**

**Artigo aprovado em 18/08/2010.**